



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 150 Rubrica: [assinatura]
--	------------------------------------

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

Pregão Presencial nº 001/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: <u>46</u>
	Rubrica: <u>[assinatura]</u>

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR

1- PREÂMBULO

- 1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefone nº (22) 98175-2073 será realizada a licitação na modalidade Pregão Presencial, cujo Edital recebeu o nº 001/2020 para a aquisição do objeto abaixo descrito.
- 1.2- A licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.
- 1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope), às **10h (dez horas) do dia 21 de agosto de 2020**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.
- 1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:
 - 1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I
 - 1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II
 - 1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III
 - 1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV
 - 1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V
 - 1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI
 - 1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls: <u>17</u>
Processo nº	Assinatura: <u>[assinatura]</u>

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

2- DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **contratação de licença de uso de sistema informatizado e integrado, via web, on-line, para controle de processos administrativos e judiciais, suporte e assessoria**, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Prefeitura ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: <u>42</u> Rubrica: <u>[assinatura]</u>
Processo n.º	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial n.º 001/2020

Processo n.º 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Não será admitida em hipótese nenhuma a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, esta com firma reconhecida, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Comissão	Fis. 19
Permanente de	Assinatura
Licitação	
Processo nº 0	

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;
- c) Na hipótese de não constar na referida proposta a indicação de marca e/ou modelo do objeto cotado pela licitante, o pregoeiro solicitará que o representante da empresa declare qual é a marca e/ou modelo, para fins de registro na ata da sessão, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação pelo pregoeiro. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 50 Rubrica
--	--------------------

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

Comissão	Fls.: 51
Permanente de	Assinatura
Licitação	
Processo n.º	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial n.º 001/2020

Processo n.º 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

- 7.1 -** No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".
- 7.2-** Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.
- 7.2.1-** No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.
- 7.3-** As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.2, deverão encaminhar a declaração de que trata este subitem em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto ao citado documento. A não apresentação da declaração em questão acarretará o impedimento da empresa de participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.
- 7.4-** Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.
- 7.5-** Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 7.6-** No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores

Comissão	Fls. 52
Permanente de	Rubrica
Licitação	
Licitação n.º	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial n.º 001/2020

Processo n.º 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

- 7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.
- 7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.
- 7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.
- 7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei n.º 10.520/02, adotará os seguintes critérios:
 - 7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o pregoeiro convocará as duas melhores propostas subseqüentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;
 - 7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o pregoeiro convocará somente uma proposta subseqüente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;
 - 7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;
 - 7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 53 Rubrica
Processo nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

- 7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO**.
- 7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:
- 7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.
- 7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.
- 7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.
- 7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.
- 7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.
- 7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.
- 7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.**

Comissão	Fis.: 54
Permanente de	Rubrica: [assinatura]
Licitação	
Processo n.º	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial n.º 001/2020

Processo n.º 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

- 7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "**HABILITAÇÃO**" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.
- 7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.
- 7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.
- 7.20- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.
- 7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo pregoeiro.
- 7.22- O pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.
- 7.23- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Comissão	Fls. 55
Permanente de	Rubrica
Licitação	

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, (Certidão Negativa de Débitos - CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.8- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.2.9- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao

8.2.10- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 56
	Rubrica

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

8.2.11- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.12- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Comissão	Fls: 57
Permanente de	
Licitação	
Processo n.º	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial n° 001/2020

Processo n° 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

- a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei n° 6.404/76);
- b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;
- c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;
- d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, em por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal n° 8.768/17.

8.3.1.2- O balanço patrimonial, devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.2- Comprovação de capital social igual ou superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

8.3.3- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.3.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.4.

8.3.3.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.3 e 8.3.4, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 58 Rubrica
--	---------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

8.3.4- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.4.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.3 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - Cópia(s) de atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado com firma reconhecida, comprovando que a licitante prestou ou está prestando, de maneira satisfatória, serviços semelhantes ao objeto desta licitação.

8.4.2 - A licitante, juntamente com os documentos de habilitação, deverá apresentar a declaração de que, quando da assinatura do contrato, que estará apta a comercializar os produtos e que terá estrutura técnica adequada para a realização do serviço proposto e das alterações necessárias para melhor atender as necessidades da Procuradoria Geral do Município de Campos no período de 12 (doze) meses.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da PMCG, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em

Comissão	Pls: 59
Permanente de	rubrica
Licitação	
Processo n.º	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial n° 001/2020

Processo n° 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo o pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DO CONTRATO

10.1- Será firmado o Contrato com a vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93.

10.2- O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação da PMCG para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

10.3- Na hipótese da empresa vencedora não comparecer para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido no item anterior, o pregoeiro convocará nova Sessão Pública, onde examinará a qualificação das empresas licitantes, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva empresa licitante declarada vencedora.

11- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 60 Rubrica
Processo nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

11.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

11.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

11.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

11.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

11.5- Em caso de atraso no fornecimento, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

11.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

12- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1- As despesa correrão pelo código 02.122.0095.2648.0000, relativo ao Programa de Trabalho, Fonte 0210 e pela Natureza de Despesa 339039.

13- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

13.1- PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1.1 - O prazo para prestação do serviço, objeto desta licitação, será de 12 (doze) meses.

13.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da Ordem de Início de Execução a serem emitidas pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Comissão	Fls.
Permanente de	Rubrica
Licitação	
Processo nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

13.1.3- Os prazos totais e/ou parciais da execução dos serviços poderão ser prorrogados, mantidas as demais cláusulas e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato a ser celebrado, desde que ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuados em processo.

13.2- LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

13.2.1- O licitante vencedor desta licitação terá que executar os serviços de instalação no setor da Procuradoria Geral do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, conforme definido no item 3 do termo de referência (Anexo VII do edital).

13.3- REGIME DE EXECUÇÃO

13.3.1- O objeto desta licitação será executado sob a forma indireta, no regime de empreitada por preço global.

14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.2 - As solicitações de esclarecimentos a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou através do seguinte email: pregao@campos.rj.gov.br.

14.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

15- DO VALOR

15.1- Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 92.839,92 (noventa e dois mil, oitocentos e trinta e nove reais e noventa e dois centavos).

Comissão	Fin. 62
Permanente de	Rubrica
Licitação	
Processo n.º	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial n.º 001/2020

Processo n.º 2020.169.000006-3-PR
 Data: 05/08/2020

16- DO PAGAMENTO

16.1- Pela prestação dos serviços, objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **PMCG** pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, mensalmente, conforme previsto no subitem 7.1 do **Termo de Referência (Anexo VII do edital)**.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à **CONTRATANTE**.

16.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos de acordo com a Nota de Empenho.

16.4- O pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.

16.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 16.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **CONTRATANTE**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.6- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 16.5, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Presidente da **PMCG**, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao mesmo.

16.7- Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

16.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

16.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 16.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 16.5;

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 63 Rubrica
--	---------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

16.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

17.2- É facultado o pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.3- O pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

17.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.


17.5- Todos os atos praticados pelo pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

17.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

17.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

17.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 05 de agosto de 2020.


José Dalton de Souza Pinto Filho
Pregoeiro da P.M.C.G.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 64 Rubrica
Processo nº	

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

Anexo I - Proposta Comercial

Item	DESCRIÇÃO	Prazo	Marca/Modelo	Preço total em algarismos (R\$)
1	Contratação de licença de uso de sistema informatizado e integrado, via web, on-line, para controle de processos administrativos e judiciais, suporte e assessoria.	12 meses		
Preço total por extenso:				

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 001/2020, seus anexos, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 001/2020, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro pleno conhecimento acerca da necessidade de apresentação do sistema para avaliação de uma equipe técnica (Prova de Conceito), na hipótese de ser a licitante melhor classificada e ter observado, na íntegra, os requisitos para habilitação, conforme previsto no Termo e Referência.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de ____ de 2020.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante

Registração	Fls. 65
Permanente de	Rubrica
Licitação	
Processo nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES E A EMPRESA _____.

O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, com sede na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº 29.116.894/0001-61, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Ilustríssimo Senhor **JOSÉ PAES NETO**, Procurador Geral, e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da licitação nº **001/2020, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento no Decreto Municipal nº 365/, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei nº 8.883/94, no Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005, de acordo com o processo nº 2020.169.000006-3-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a **contratação de licença de uso de sistema informatizado e integrado, via web, on-line, para controle de processos administrativos e judiciais, suporte e assessoria**, conforme especificações descritas no Termo de Referência e na Nota de Empenho de nº ____/2020.

Comissão	Fls. 26
Permanente de	Rubrica
Licitação	
Processo nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº 2020.169.000006-3-PR e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste CONTRATO, desde que não acarrete ônus para o CONTRATANTE ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste CONTRATO, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do CONTRATO, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº 001/2020.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) deverá atender todas as exigências e obrigações constantes no Termo de Referência elaborado pela contratante.
- II) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;

Comissão	Fis.:
Permanente de	Relat.:
Licitação	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

- III) responder exclusiva e integralmente, perante o CONTRATANTE pela prestação dos serviços;
- IV) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- V) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste CONTRATO, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ ____ (____).

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da CONTRATADA, será efetuado pelo CONTRATANTE, mensalmente, após o cumprimento da prestação devida, conforme Termo de Referência, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente nos Programas de Trabalho P.T. 02.122.0095.2648.0000, Fonte 0210, pela Natureza de Despesa N.D. 339039, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável durante a vigência contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer

Comissão	Fls. 68
Permanente de	Assessoria
Licitação	Assessoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do CONTRATANTE, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;

Comissão	Fls.: 09
Permanente de	Rubrica
Licitação	
Processo n.º	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial n.º 001/2020

Processo n.º 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da CONTRATADA;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será de 12 meses, conforme disposto no item 2 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela CONTRATADA, da ordem formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os prazos totais e/ou parciais da execução dos serviços e fornecimento dos materiais poderão ser prorrogados, mantidas as demais cláusulas e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato a ser celebrado, desde que ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo 1º do art. 57 da Lei Federal no 8.666/93, devidamente autuados em processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto desta licitação será executado sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 001/2020, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº 2020.169.000006-3-PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente CONTRATO, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2020.

Contratante: _____
Município de Campos dos Goytacazes

Contratada: _____

Testemunhas: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)
CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob o nº
....., a participar da Licitação instaurada pela PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO, na modalidade PREGÃO nº 001/2020, supra-referenciada, na qualidade de
Representante legal da Empresa, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da
empresa, bem como formular propostas, negociar
preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar os demais
atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes, de de 2020.

**Representante legal da empresa com firma reconhecida e
carimbo da licitante**

Comissão	Fis. 72
Permanente de	Rubrica
Licitação	
Processo n.º	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
 Data: 05/08/2020

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 001/2020

.....
 (nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2020.

**Representante legal da empresa e
 carimbo da licitante**

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Comissão	Fls. 43
Permanente de	Rubrica
Licitação	
Processo nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
 Data: 05/08/2020

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

.....
 (nome da empresa)
 CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em
 cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os
 requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por PREGÃO Nº 001/2020.

Campos dos Goytacazes,de.....de 2020.

 Representante legal da empresa e
 carimbo da licitante

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 34 Roberto M. D.
Processo nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
 Data: 05/08/2020

Anexo VI - Declaração ME ou EPP

(Somente para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte)

(Modelo)
DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 001/2020

.....(razão social do licitante) com endereço
 na

inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu
 representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas
 nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, para fazer uso dos benefícios concedidos pelo Estatuto
 das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, **declarar que se enquadra nas condições**
do inciso I e II do Art. 3º da LC. nº 123/2006 e não incide em qualquer das vedações
estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida Lei Complementar.

Em de de 2020.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2020

Comissão	Fls. 35
Permanente de	Roberto
Licitação	

Processo nº 2020.169.000006-3-PR
Data: 05/08/2020

Anexo VII – Termo de Referência



TERMO DE REFERÊNCIA

Transmissão	Fis. 46
Assinatura do	Rebr
Assinatura	Assinatura

1) OBJETO:

1.1) Este T.R. tem por escopo definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, para contratação de licença de uso de sistema informatizado e integrado, via web, on-line, para controle de processos administrativos e judiciais, suporte e assessoria, conforme especificações contidas neste instrumento.

2) **JUSTIFICATIVA:**

2.1) A presente contratação se justifica em virtude da imperiosa necessidade de se realizar um controle dos processos que tramitam pela Procuradoria Geral do Município, em razão do grande volume de procedimentos que existem atualmente. O sistema envolve controle de processos administrativos e judiciais, no que tange a andamentos processuais e fruição de prazos.

3) LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1) Os serviços de instalação serão executados no setor da Procuradoria Geral do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, situado na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47, Pq. Santo Amaro.

4) **PRAZOS:**

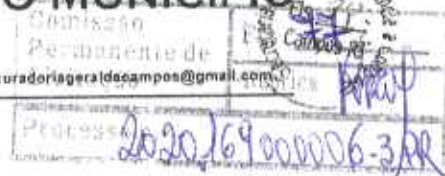
4.1) O prazo global previsto para a **instalação** do programa objeto deste T.R. é de até **10 (dez) dias**, a contar do recebimento da ordem de serviço.

4.2) O prazo total de execução do objeto deste T. R. será de 12(doze) meses contados do recebimento da ordem de serviço; podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93.

5) **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

5.1) A empresa deverá prestar os serviços gráficos conforme discriminação abaixo:

- O sistema deve ser totalmente implementado na plataforma web;
- O sistema deve ficar hospedado num servidor profissional num datacenter



profissional no Estado do Rio de Janeiro;

- O sistema deve ser codificado em PHP, e possuir base de dados em MYSQL, utilizando software livre;
- O sistema deverá ter um domínio próprio para acesso remoto;
- O sistema deverá ser apresentado em módulos; podendo ser estendido quando necessário;
- O sistema deverá permitir controle de acesso por senha, permitindo a criação de diferentes perfis de acesso para cada usuário. Dessa forma, cada usuário terá visões diferentes com níveis diferentes de permissão em cada módulo do sistema.
- O sistema deverá possuir certificado digital de segurança;
- O sistema deverá executar de forma automatizada a captura de 1 publicações judiciais dos Diários Oficiais de todos Estados e da União, disponibilizando-as de forma automática no Gestor de | Publicações;
- O sistema deverá executar de forma automatizada a captura de andamentos processuais de todos os Tribunais, inclusive PJE's, disponibilizando-as de forma automática no Gestor de Andamentos;
- O sistema deverá executar de forma automatizada o envio de prazos a cumprir para os usuários, conforme cadastro no Gestor | de Prazos Internos e Externos;
- O sistema deverá exibir uma ficha para cada processo, contendo todas as informações pertinentes ao mesmo;
- O sistema deverá permitir o carregamento de arquivos diretamente na ficha do processo;
- O sistema deverá permitir o encaminhamento de processos entre | os usuários;
- O sistema deverá criar e manter e-mails no domínio utilizado;
- O sistema deverá gerar arquivos em PDF de publicações, andamentos, ofícios e expedientes internos;
- O sistema deverá gerar código de barras para cada processo | cadastrado;

5.2) O sistema deverá possuir no mínimo os seguintes gestores:

- Gestor de Causas
- Gestor de Comarcas
- Gestor de Andamentos
- Gestor de Autores Gestor de Réus
- Gestor de Prazos Internos



- Gestor de Prazos Externos
- Gestor de Publicações
- Gestor de Varas
- Gestor de Processos Judiciais
- Gestor de Processos Administrativos
- Gestor de Precatórios
- Gestor de Ofícios
- Gestor de Usuários
- Gestor de Arquivos

Comissão	Fls. 78
Parlamentar de	Rebr
Atuação	
Processo	2020.16900000 6-3 PA

5.3) O sistema deverá disponibilizar em forma de relatório os processos cadastrados, que deverão ser agrupados por:

- Tipo de processo;
- Tipo de ação proposta;
- Procurador;
- Causa;
- Tribunal;
- Movimentação de prazos internos e externos;
- Movimentação de ofícios.

6) **VALOR ESTIMADO DO OBJETO:**

6.1) Valor estimado para contratação do serviço objeto deste T. R. será de R\$ R\$ 92.839,92 (noventa e dois mil, oitocentos e trinta e nove reais e noventa e dois centavos).

7) **PAGAMENTO:**

7.1) Pela licença e instalação do software objeto deste TR, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes deverá pagar à CONTRATADA, a importância mensal que vier a ser pactuada, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestado por dois servidores da contratante, no prazo de até 30 (trinta) dias.

8) **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

8.1) Para a referida contratação a Procuradoria Geral utilizará o Programa de Trabalho 02.122.0095.2648.0000, Natureza de Despesa: 339039 e Fonte: 0210.



Capitulação	PLS: 79
Participante de	Rubrica
Licitação	
Processo	2020-169 em 06.3.19

**9) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

9.1) Comprovação de que prestou serviço pertinente ou semelhante com o objeto deste T. R., através da apresentação de atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, este último com firma reconhecida.

9.2) A licitante, juntamente com os documentos de habilitação, deverá apresentar a declaração de que, quando da assinatura do contrato, que está apta a comercializar os produtos e que terá estrutura técnica adequada para a realização do serviço proposto e das alterações necessárias para melhor atender as necessidades da Procuradoria Geral do Município de Campos no período de 12 (doze) meses.

10) PROVA DE CONCEITO / AVALIAÇÃO DO SISTEMA:

10.1.1) Uma equipe, designada pelo CONTRATANTE, será responsável pela Prova de Conceito;

10.1.2) Para avaliação do sistema, o Licitante melhor classificado e que tiver atendido, na íntegra, requisitos de habilitação, deverá apresentar na própria seção de licitação em computador que será disponibilizado pela CPL, o respectivo sistema funcionando de forma on-line, que servirá para comprovar a conformidade com os requisitos abaixo descritos:

- O sistema deve ser totalmente implementado na plataforma web;
- O sistema deverá executar de forma automatizada a captura de publicações judiciais dos Diários Oficiais de todos Estados e da União, disponibilizando-as de forma automático no Gestor de Publicações;
- O sistema deverá executar de forma automatizada o envio de prazos a cumprir para os usuários, conforme cadastro no Gestor de Prazos Internos e Externos;
- O sistema deverá executar de forma automatizada a captura de andamentos processuais de todos os Tribunais, inclusive PJE's, disponibilizando-as de forma automática no Gestor de Andamentos;
- O sistema deverá exibir uma ficha para cada processo, contendo todas as informações pertinentes ao mesmo;
- O sistema deverá permitir o carregamento de arquivos diretamente na ficha do processo;
- O sistema deverá possuir no mínimo 05 (cinco) gestores descritos no item 5.2 deste



T.R.;

10.1.3) Caso seja comprovado que o sistema não atende qualquer dos requisitos obrigatórios estabelecidos, a LICITANTE será declarada, inabilitada do certame.

Permanência de	Fis.: 80
Exercício	Rubrica: [assinatura]
Data: 20/06/2019	

11) RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

Cabe exclusivamente à CONTRATANTE o provimento e a manutenção dos equipamentos, interfaces, redes e respectivos acessórios necessários à perfeita execução dos serviços;

11.1) A CONTRATANTE deverá contratar e manter a seu próprio custo e responsabilidade os serviços de fornecimento de acesso à internet;

11.2) Fornecer à CONTRATADA todas as informações cadastrais alterações de dados relativos ao cumprimento do objeto;

11.3) É de inteira responsabilidade da CONTRATANTE o cadastro dos usuários da sua área do sistema, assim como por qualquer alteração ou uso indevido do sistema que esses usuários venham a praticar;

11.4) Fica vedado à CONTRATANTE instalar qualquer tipo de programa nos servidores da CONTRATADA;

11.5) Designar formalmente os servidores da CONTRATANTE que serão responsáveis por gerir o funcionamento do sistema;

11.6) Fiscalizar a execução do objeto deste T. R., podendo, em decorrência, solicitar fundamentadamente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos, as quais a mesma atenderá no prazo mínimo necessário;

11.7) Notificar a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do Contrato;

11.8) Efetuar o pagamento na forma e condições avençadas pela utilização dos serviços contratados.

12) RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

12.1) Prestar o serviço objeto deste T. R., de acordo com as normas e condições previstas, zelando pela eficiência e regular funcionamento do sistema;

12.2) Fornecer suporte técnico gratuito à CONTRATANTE;

12.2.1) O suporte será prestado por telefone, email ou chat, durante o horário



Processo n.º 2020-16900006-3
Fis. 2
Campos - RJ

comercial normal (excluídos finais de semana, feriados nacionais, regionais e municipais do local do domicílio da contratada);

12.3) Informar à CONTRATANTE, com 03(três) dias de antecedência, sobre as interrupções necessárias para ajustes técnicos ou manutenção que demandem mais de 6 horas de duração e que possam causar prejuízo à mesma, salvo em caso de urgência, assim entendido aqueles casos decorrentes de problemas além das possibilidades de solução rápida por parte da CONTRATADA, tais como problemas com seus fornecedores;

12.3.1) A interrupção que seja necessária para a manutenção do sistema será realizada, preferencialmente, num período não superior a 6 horas, entre 24:00 e 6:00 horas;

12.4) Fazer "backup" diário da base de dados da CONTRATANTE, sendo o incremento feito semanalmente e um backup mensal contendo a base completa com logs das operações replicados aos servidores de CIDAC. Deverá ainda, incluir backup mensal do dicionário de dados e regras de sintaxe de dados e suas atualizações, devidamente replicados aos servidores do CIDAC;

12.5) A contratada fornecerá mensalmente "back-up" completo da base de dados do sistema, incluindo os arquivos de log das principais operações do sistema e semanalmente o backup incremental;

12.6) Os serviços ora avençados devem estar disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana, 365 dias no ano, durante o prazo de vigência do contrato, podendo sofrer interrupções e/ou suspensões de natureza técnica e/ou operacional, alheias a vontade da CONTRATADA, as quais, em hipótese alguma, acarretarão em responsabilidade da CONTRATADA e/ou pagamento de qualquer indenização;

12.7) A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE todas as novas versões do programa que porventura forem desenvolvidas durante a vigência do contrato;

12.8) Manter, durante a vigência do contrato, conforme as obrigações assumidas, os requisitos de habilitação exigidos no edital de origem;

12.9) Manter sigilo completo sobre as informações que lhe forem confiadas, não podendo cedê-las a terceiros, sob nenhum pretexto, comprometendo-se, por seus empregados e prepostos, a tê-las sob sua guarda;

12.10) Submeter-se fiscalização da CONTRATANTE, durante toda sua vigência do



Processo	2020.169.0000063PR
Participante de	Procedimento
Classificação	Procedimento
Processo	2020.169.0000063PR

2020.169.0000063PR

Procuradoria Geral do Município de Campos-RJ


contrato;


12.11) Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência da CONTRATANTE.

12.12) A depender do caso, fica a cargo da empresa vencedora a responsabilidade de migrar toda base de dados do sistema atual, para a nova base.

13) **DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

13.1) Por fim, encaminhe-se o presente feito para formalizações de praxe e colocando-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.


Jorge Vinicius de Oliveira Santos
Administrativo/Pessoal
Mat. 36.603


José Paes Neto
-Procurador Geral-
/Mat. 38.463

